

A detailed black and white architectural line drawing of the main facade of the University of Paraná building. The drawing shows a grand neoclassical structure with a prominent portico supported by tall, fluted columns. The pediment above the columns is inscribed with the text 'UNIVERSIDADE DO PARANÁ'. The drawing is a perspective view, showing the building's depth and the steps leading up to the entrance.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

LEONILDA BEGNINE

**CIDADANIA, EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA: IMPACTOS DAS AÇÕES DA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU-PR**

**CURITIBA
2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

LEONILDA BEGNINE

**CIDADANIA, EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA: IMPACTOS DAS AÇÕES DA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU/PR**

Artigo apresentado como requisito parcial
à conclusão do Curso de Especialização
em Educação, Pobreza e Desigualdade
Social, do Setor de Educação da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Maysa Ferreira da Silva

**CURITIBA
2016**

Cidadania, Educação e Qualidade de Vida: impactos das ações da Política de Assistência Social em Boa Esperança do Iguçu.

LEONILDA BEGNINE

RESUMO

O presente artigo tem como tema as políticas públicas de Assistência Social desenvolvida no equipamento CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), e tem como finalidade verificar os impactos das ações socioeducativas desenvolvidas no SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), dentro do espaço educativo da rede regular municipal de ensino, considerando que o referido Serviço tem como prioridade o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários das crianças e adolescentes participantes, principalmente dos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, contribuindo para a descoberta de habilidades e potencialidades desses sujeitos, reforçando os princípios da socialização, o exercício e promoção da cidadania. Como método, foi utilizada pesquisa bibliográfica e também pesquisa de campo de caráter qualitativo. Utilizou-se como instrumento, a aplicação de questionário sendo contemplados questionamentos se os envolvidos são conhecedores de listagem de alunos participantes no SCFV, bem como se é realizado acompanhamento ou avaliação, com relação à aprendizagem destes. Ainda questões para verificar quanto aos possíveis impactos ou avanços significativos ocorridos no processo de ensino aprendizagem dos alunos inseridos, sendo este com respostas objetivas e considerando a ordem de prioridade realizada com a Equipe Pedagógica da Escola Municipal. Responderam integralmente ao questionário um total de oito envolvidos os quais compõem o quadro pedagógico da Escola, entre eles: pedagogos, coordenadores, psicóloga, diretora e professores representantes do Conselho Escolar. Foi possível identificar através do contato com os entrevistados, de maneira unânime, que a participação de seus alunos nos projetos oferecidos em contra turno escolar pelo SCFV vem apresentando resultados bastante positivos dentro do contexto escolar.

Palavras-chave: SCFV-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 1. Política de Assistência Social 2. Educação 3.

1. INTRODUÇÃO

Diante da atual conjuntura social brasileira e das inúmeras expressões da questão social, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é o principal equipamento para o desenvolvimento dos Serviços Socioassistenciais da Proteção Social Básica, constituindo-se como um espaço de concretização dos direitos sociais nos territórios de abrangência do mesmo, sendo considerado porta de entrada para famílias que buscam a efetivação de seus direitos.

O objetivo deste trabalho é evidenciar as possíveis percepções escolares ocorridas nos alunos no ambiente escolar inseridos/integrados nas atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Busca-se ainda encontrar resposta ao seguinte questionamento: as políticas públicas de Assistência Social, em especial os SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) representam perspectivas de melhorias na qualidade de vida em relação a garantia de direitos assegurados ao que se refere a educação e cidadania? Pretende-se verificar se as ações estimulam o protagonismo e autonomia dos beneficiários e em que medida contribuem no processo escolar com vistas a superação da vulnerabilidade social e conseqüente emancipação/autonomia.

A escolha por esta temática deu-se em razão de minha atuação profissional e o despertar por perceber a necessidade de aprofundar estudo sobre a mesma a fim de realizar uma análise/reflexão quanto o alcance dos objetivos, em relação aos Serviços ofertados as crianças e adolescentes a partir do que preconiza o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) no nível da Proteção Social Básica.

Pretende-se verificar os impactos ocorridos nos processos educativos no ensino regular dos alunos que estão inseridos nas atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Este artigo inicialmente apresenta dados gerais do município, em seguida faz uma breve explanação acerca da Política de Assistência Social. Logo após apresenta os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sua importância em proporcionar espaços de socialização, conhecimento e cultura, de convivência fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, fatores estes a serem compreendidos em sua dinâmica como relevantes na prática pedagógica para melhoria do processo ensino-aprendizagem dos alunos partícipes dos referidos programas em questão.

2 LOCALIZANDO O MUNICÍPIO DENTRO DOS CONTEXTOS

2.1 Dados Gerais do Município

O município de Boa Esperança do Iguaçu tem sua constituição recente sendo que sua emancipação política se deu em 26 de abril de 1990, através da Lei Estadual nº 9231, sendo instalado em 1º de janeiro de 1993, onde foi desmembrado do município de Dois Vizinhos.

Está localizado na Região Sudoeste do Paraná e apresenta uma área espacial bastante limitada com total de 150.418 m² onde é constituído pelo espaço urbano e oito comunidades rurais.

De acordo com dados do IBGE, 2010, o município possui 2.764 habitantes. Deste total 953 habitantes são moradores da área urbana, sendo 468 homens e 485 mulheres. Na área rural soma-se 1.811 habitantes, destes 934 são homens e 877 são mulheres.

A produção agrícola deste município está voltada para o desenvolvimento de monoculturas, tendendo principalmente para o cultivo de soja, milho, trigo e outras porções de cultivo como mandioca, cana-de-açúcar, feijão e fumo (em folha) e ainda o desenvolvimento de matéria prima para a agroindústria como: avicultura, suinocultura e pecuária leiteira.

Quanto ao setor industrial se apresenta em desenvolvimento, com quadro socioeconômico lento, no entanto progressivo. As atividades que se destacam são: na área têxtil, do vestuário – jeans e artefatos de tecido; madeiras – compensados, cooperativa de grãos. Em 2012, se instalou no município uma fábrica de kit de ar condicionado. Muitos dos moradores não possuem mão-de-obra qualificada, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho formal, sendo que, a maioria das famílias utilizam-se do trabalho temporário e outras não possuem renda para se manterem, ficando a mercê de serviços e programas sociais.

Diante da realidade territorial mencionada, segundo o Plano de Atendimento do CRAS (ano 2016) observa-se que as situações de vulnerabilidade social apresentam-se da seguinte forma: ausência de renda, pobreza, desemprego, fragilização e conflitos nos vínculos familiares. Em relação à situação de risco social observa-se a seguinte situação: cumprimento de medidas socioeducativas, abuso sexual, maus tratos, violência física e/ou psíquica em todos os ciclos geracionais, uso de drogas lícitas e ilícitas.

Segundo dados oficiais o município de Boa Esperança do Iguaçu em 1991 o IDH-M era de 0,662. Em 9 anos evoluiu, alcançando o índice de 0,741, representando um crescimento em torno de 12%. Em relação aos indicadores usados para determinar o IDH-municipal observa-se que houve avanços no crescimento dos índices, reflexo importante detectado principalmente em função dos recursos garantidos por lei para educação e saúde, que refletiram no aumento dos índices de educação e longevidade. Contudo o grande “vilão” continua sendo o índice que mede a renda, que na média puxa para baixo o valor do Índice de Desenvolvimento Municipal, visto que a geração de emprego e renda é um dos principais desafios dos gestores municipais.

O município possui as seguintes escolas: Municipal atende Educação Infantil e Ensino Fundamental - Anos Iniciais, denominada Escola Municipal Clóvis Cunha Vianna; Colégio Estadual Boa Esperança do Iguaçu, atendendo Ensino Fundamental – Anos Finais e Médio, o Centro Municipal de Educação Infantil -Criança Esperança, e a Escola Especializada que atua em parceria com a APAE.

2.2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS

A partir da consolidação da Constituição Federal 1988, da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) de 1993, e principalmente mediante a aprovação da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) 2004 e da implantação do Sistema Único de Assistência Social a Política de Assistência Social vem se configurando como uma nova situação, no sentido de garantir a todos que dela necessitarem, sem

contribuição prévia a provisão da proteção social básica, pautada na dimensão ética de incluir “os invisíveis”, inclusão esta, que insere não somente o indivíduo, mas propõe a centralidade da família.

A nova visão é capaz de entender que a população usuária da assistência social tem necessidades, mas também possibilidades e capacidades que devem ser desenvolvidas.

Em cumprimento às diretivas da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8742/93), o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) inaugura um novo marco regulatório que expressa a construção do conteúdo específico da assistência social na proteção social brasileira, desencadeando e dinamizando processos de democratização e de qualificação do acesso aos direitos, com conseqüente ampliação do Estado.

De acordo com a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) – Lei 8.742, no art.1º:

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativas públicas e da sociedade, para garantir o atendimento das necessidades básicas. (BRASIL, 1993)

A transformação que a Política de Assistência Social vem atravessando nesses últimos anos ganha inegavelmente, com a introdução do SUAS no texto da LOAS, novas possibilidades legais e institucionais de adensar a intervenção pública nos três níveis de governo, com base nessa nova institucionalidade da assistência social.

Podemos observar que a natureza da assistência social é não contributiva, passando a ter como foco de atenção dessa política as necessidades e não mais o necessitado. A Política de Assistência Social passa a ser acessível a todos que dela necessitarem sem exceção ou discriminação, mas sendo ela passível também à disponibilidade de recursos, que na contra corrente das escolhas políticas e econômicas são cada vez mais escassas para as políticas sociais.

A descentralização político-administrativa reforça o papel das três esferas do governo na condução da Política de Assistência Social, a participação da população passa a ser feita através dos Conselhos e Conferências (Municipal, Estadual e Nacional) onde a população ajuda a formular e controlar as ações na área da

Assistência Social. A família passa a ser o principal foco para a elaboração dos serviços, programas e projetos e reforça-se ainda a responsabilidade do Estado na condução dessa política.

2.3 POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política de Assistência Social de Boa Esperança do Iguaçu, está estruturada e organiza os serviços da seguinte forma: O Órgão Gestor é responsável pela execução dos Benefícios Eventuais, previstos no art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social). São benefícios da Política de Assistência Social de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Os benefícios eventuais integram as garantias do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), portanto os seus beneficiários também são potenciais usuários dos serviços socioassistenciais do município.

A proteção social básica é de responsabilidade dos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social), os serviços de proteção básica têm a família como unidade de referência e ofertam um conjunto de serviços locais que visam à convivência, a socialização e o acolhimento de famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, além da promoção de sua integração ao mercado de trabalho. Salieta-se que ações de proteção social especial também são atendidas neste equipamento, mediante encaminhamentos a rede existente no município, e quando não contam com serviço de média e alta complexidade, fazem-se os encaminhamentos pertinentes a equipamentos e serviços existentes na região.

O CRAS do município de Boa Esperança do Iguaçu, denominado Espaço da Cidadania, foi habilitado em outubro de 2010, é caracterizado como Pequeno Porte I, pois pode referenciar até 2.500 (duas mil e quinhentas) famílias tendo capacidade, portanto, em atender anualmente até 500 (quinhentas) famílias. A capacidade de atendimento do CRAS varia de acordo com o porte do município e com o número de famílias em situação de vulnerabilidade social. Pode-se definir o CRAS como sendo:

Uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. (Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/MDS, 2003 p. 09).

A forma de atuação do CRAS é baseada na matricialidade sociofamiliar, isso significa que há centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetivação de todas as ações e serviços da Política de Assistência Social. Por família entende-se, segundo a Política Nacional de Assistência Social:

Conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e/ou dependência econômica. (Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/MDS, 2009, p. 12).

Ou seja, de acordo com as Orientações Técnicas não existem famílias enquanto modelo idealizado, e sim famílias resultantes de uma pluralidade de arranjos e rearranjos estabelecidos pelos integrantes dessas famílias. A tríade pai/mãe/filho deixou de ser o único modelo de família existente na sociedade contemporânea.

Outro fator importante para dar direcionamento aos serviços ofertados pelo CRAS, diz respeito à territorialização, esta oferece uma compreensão/mapeamento, das situações de vulnerabilidade e riscos sociais, bem como o que se deve fazer/intervir para o seu devido enfrentamento. Por isso a descentralização da Política de Assistência Social e conseqüente oferta dos serviços socioassistenciais em locais que sejam próximos aos usuários. Isso contribui para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como a identificação das potencialidades existentes no território em questão.

Sobre o ambiente do CRAS, é importante enfatizar que o mesmo deve ser acolhedor para poder garantir que o usuário possa expressar suas necessidades e opiniões. Por isso, é necessário que haja um espaço para atendimento individual que garanta a privacidade e preserve a integridade e a dignidade das famílias.

Ressaltando que os usuários que buscam esse equipamento sempre o fazem em um momento de sofrimento ou fragilidade.

O CRAS conta com uma equipe mínima que depende do porte do município, a qual se constitui por técnicos de nível médio e técnicos de nível superior, sendo Assistentes Sociais, Psicólogos e Pedagogos. As equipes devem contar sempre com um coordenador com nível superior, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos e serviços e/ou benefícios socioassistenciais.

Quadro 1 – Organização do Porte dos CRAS

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrópole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos de nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: NOB-RH/SUAS (reimpresso 2012)

Segundo Piancastelli, Faria e Silveira, ao definirem o conceito de equipe, afirmam que esta se constitui:

Um conjunto de pessoas com habilidades complementares (acrescentaríamos ainda conhecimentos), comprometidas umas com as outras pela missão em comum, objetivos comuns – obtidos pela negociação entre os atores sociais envolvidos – e um plano de trabalho bem definido. (Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS, 2011, p.91)

Este Equipamento visa desenvolver ações e serviços básicos e continuados para as famílias em situação de vulnerabilidade social na unidade do CRAS. Tem como escopo primordial o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o direito à Proteção Social Básica, bem como a ampliação da capacidade de proteção social e de prevenção de situações de risco no território de abrangência, ou seja, a principal atividade deste deve ser a prevenção das vulnerabilidades, compreendendo que estas devem ir além da questão econômica.

A equipe de referência tem papel fundamental no protagonismo e empoderamento desses usuários, vemos o que a Política Nacional de Assistência Social, nos responde sobre quem são os usuários da assistência social:

São os cidadão e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual, desvantagem pessoal resultantes de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS, 2004).

Sendo assim são indivíduos e famílias que sofrem cotidianamente, no seu viver e no seu conviver diário, as necessidades sociais que expressam condições de desigualdade relacionadas às determinações sócio históricas que não decorrem, portanto, de responsabilidade individual, como nos lembra Silveira (2009).

Outro Serviço ofertado pelo CRAS é o SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos). Este serviço é um complemento do PAIF (Programa de Atenção Integral a Família) e também tem como objetivo o trabalho social com famílias e a prevenção de ocorrências de situações de vulnerabilidade e risco social. As atividades do SCFV são realizadas em grupos, de forma a garantir o progresso dos usuários respeitando o ciclo de vida que os mesmos se encontram. Como está evidenciado nas orientações do Ministério de Desenvolvimento Social:

O SCFV parte da concepção de que os ciclos de vida familiar tem estreita ligação com os ciclos de vida de desenvolvimento das pessoas que as compõem. Seu foco é a oferta de atividades de convivência e socialização, com intervenções no contexto de vulnerabilidades sociais, de modo a fortalecer vínculos e prevenir situações de exclusão e risco social. (Passo a Passo – Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – MDS, 2013, p. 03).

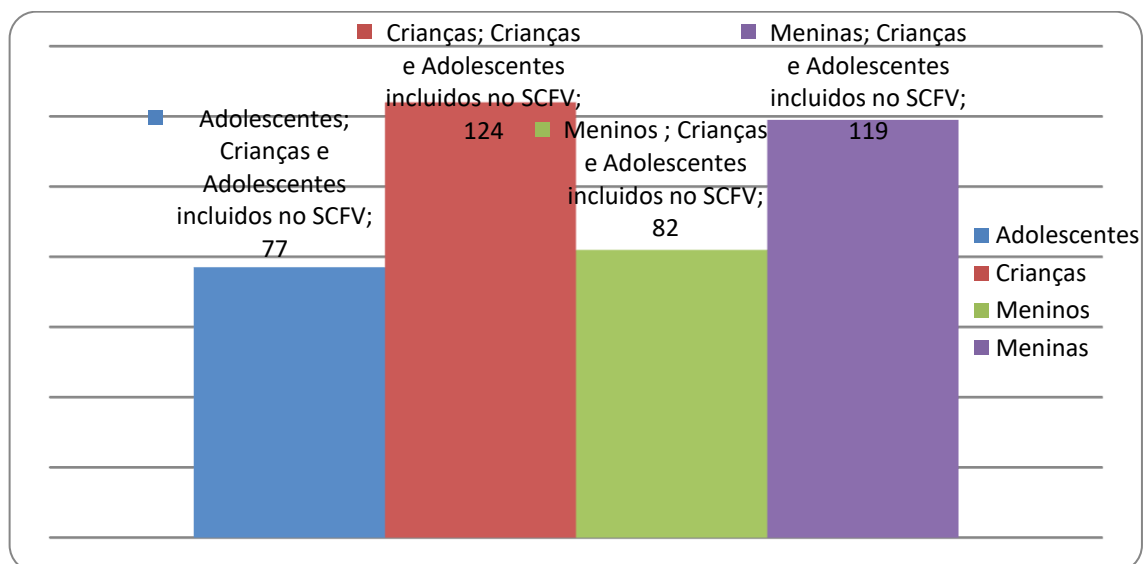
Vale destacar conforme apresenta em sua Tipificação, algumas descrições específicas devem ser consideradas, ressaltando entre elas a possibilidade de ampliar trocas culturais e de vivências; desenvolver o sentimento de pertença e de

identidade; fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e convivência comunitária; promover o desenvolvimento de capacidades e potencialidades; valorização da concepção do brincar, da experiência lúdica e da vivência artística como forma privilegiada de expressão, interação e proteção social; formação para participação e cidadania; desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes a partir dos interesses e demandas de cada faixa etária.

Atualmente são desenvolvidas as seguintes atividades através do SCFV: dança de ritmos variados e ballet, teclado, violão, espanhol, literatura, fanfara, informática e Educação Física.

Segundo informações da Secretaria de Assistência Social (Março de 2016), haviam 201 (duzentas e uma) crianças e adolescentes cadastradas no SISC (Sistema de Informação do Serviço de Convivência). Distribuídas da seguinte forma: 124 crianças (cento e vinte e quatro crianças) e 77 (setenta e sete) adolescentes, sendo que do total 119 (cento e dezenove) são do sexo feminino e 82 (oitenta e duas) do sexo masculino, conforme distribuição do gráfico abaixo:

Figura 1 - Distribuição de crianças e adolescentes inseridas no SCFV (Março de 2016), com distinção de gêneros.



FONTE: Secretaria de Assistência Social, Programa SISC – Boa Esperança do Iguaçu/Pr

Com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais o serviço passa a ser realizado em grupos. Neste ano de 2016, o volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, estão assim distribuídos: Crianças até 6 anos;

crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e serviços para idosos.

Todas essas atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo são desenvolvidas em contra turno das escolas, no Centro da Criança e do Adolescente, localizado próximo a comunidade de Fazenda Veroneze, aproximadamente a 5 Km do Centro da Cidade. Instalações da antiga Casa Familiar Rural. Os alunos saem de suas casas ou escola, se dirigindo até o local, com transporte financiado pelo município, onde permanecem até mesmo no horário do meio dia, recebendo inclusive alimentação durante o período em que lá permanecem.

Para a efetivação destas atividades são utilizados recursos oriundos do PAIF e reordenamento dos serviços (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) e o co-financiamento advindo do Estado.

2.4 Análise acerca da globalização pobreza, educação e desigualdade social

A sociedade de consumo das últimas décadas, pautada em uma dinâmica neoliberal de globalização, criou fissuras sociais que resultaram na proliferação de um sistema de desigualdades e de exclusão. Estas fissuras enfraqueceram os laços sociais, fragmentaram a identidade das organizações coletivas e romperam com a referência protetiva da pequena comunidade; substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais, abalando, desta forma, o sentimento de segurança coletiva. (PARANÁ SEDS, ano 2016).

Chegamos a este século com uma família pós-moderna pluralista, representada por tipos alternativos de convivência e por diferentes contornos relacionais. Segundo Singly (2008), a família contemporânea se transformou em um espaço privado a serviço dos indivíduos. Os vínculos de pertença, que ligam os pais aos filhos e vice-versa, tendem neste contexto, a serem mais frouxos, portanto, mais frágeis.

A contemporaneidade gerou um sistema de desigualdades que tem restringido drasticamente as condições de sobrevivência das famílias em desvantagem social, minimizando suas expectativas de superação da pobreza. A

pobreza que centralizou o debate sobre questões sociais durante os tempos modernos, hoje é retratada apenas como uma das dimensões da exclusão social.

A exclusão social implica em considerar aspectos subjetivos relativos às condições de vida dos indivíduos, como, por exemplo, a perda da identidade, a falência de laços comunitários e familiares, nos quais a tônica do problema é colocada no empobrecimento das relações sociais e das redes de solidariedade. A exclusão social tem sido apontada como a responsável em colocar os indivíduos e suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco social (MARTI, 2006).

Vulnerabilidade social e risco social envolvem a suscetibilidade à exploração, restrição à liberdade, redução da autonomia e da autodeterminação, redução de capacidades, fragilização de laços de convivência, rupturas de vínculos e outras tantas situações que aumentam a probabilidade de um resultado negativo na presença de risco. Já a noção de risco é a probabilidade de ocorrência de um evento que cause dano, como a violação de direitos e está associada ao aumento da pobreza e desigualdades. (YAZBEK, 2001).

Em relação a vulnerabilidade social pode-se afirmar que: a vulnerabilidade não é sinônimo de pobreza. A pobreza é uma condição que agrava a vulnerabilidade vivenciada pelas famílias; a vulnerabilidade não é um estado, uma condição dada, mas uma zona instável que as famílias podem atravessar nela recair ou nela permanecer ao longo de sua história; a vulnerabilidade é um fenômeno complexo e multifacetado, não se manifestando da mesma forma, o que exige uma análise especializada para sua apreensão e respostas intersetoriais para seu enfrentamento; a vulnerabilidade, se não compreendida e enfrentada, tende a gerar ciclos intergeracionais de reprodução das situações de vulnerabilidade vivenciadas; as situações de vulnerabilidade social não prevenidas ou enfrentadas tendem a tornar-se uma situação de risco.

Para fazer frente e combater todas as dimensões da exclusão social, as políticas públicas tiveram que ir além da transferência de renda e da cobrança de condicionalidades. Uma política pública que visa dirimir a exclusão social deve focar seus esforços em ampliar a rede de suporte, propiciar o acesso aos serviços básicos para garantir a cidadania e igualdade de direitos e reconhecer a importância dos aspectos subjetivos do contexto de vida dos indivíduos e das famílias em situação de vulnerabilidade social. Desta maneira:

Enquanto política institucionalizada a Assistência Social não poderá isoladamente eliminar os fatores geradores de desigualdades, mas poderá contribuir atuando sobre os efeitos, oferecendo suporte às famílias em vulnerabilidade social para que consigam acessar a estrutura de oportunidades. (Política Nacional de Assistência Social, 2004, p.35)

Estruturas de oportunidades são definidas como probabilidades de acesso a bens, serviços ou a realização de atividades. Estas oportunidades impactam o bem-estar das famílias, porque permitem os membros da família a utilizar os seus próprios recursos ou lhes fornecem novos recursos. Reiterando esta afirmação, o termo “estrutura” refere-se segundo Kaztman:

[...] ao fato de que as rotas de bem-estar estão estreitamente interligadas, de modo que o acesso a determinados bens, serviços ou atividades fornece recursos para facilitar sua vez o acesso a outras oportunidades. (1999, p. 09)

As antigas políticas centradas nos indivíduos e na forma de serviços de oportunidades se mostraram incapazes de combater a pobreza extrema. As políticas de última geração por outro lado, não se limitam em atender as demandas das famílias e comunidades. Elas vão além da transferência de renda e da cobrança de condicionalidades, pois investem nas potencialidades dos indivíduos e comunidades, encorajando o protagonismo e estimulando a promoção coletiva do desenvolvimento da comunidade de forma integrada e sustentável.

Uma das grandes mudanças das políticas públicas foi deixar de focar tão somente no indivíduo e alocar a família como um todo na centralidade das políticas de proteção social, com o objetivo de fortalecer os laços e a capacidade das famílias de promover transformações efetivas. Resumindo, o estado passou a garantir o direito à cidadania, o acesso à prestação de serviços básicos, a igualdade de direitos, a autonomia, a convivência e a integração social aos indivíduos e suas famílias.

O Brasil incorporou essa linha de abordagem, como se pode ver o Plano Nacional de Assistência Social:

Por conhecer as fortes pressões que os processos de exclusão socioculturais geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da Política de Assistência Social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora e cuidados

aos seus membros, mas que preciso também ser cuidada e protegida (PNAS, 2004, p. 40).

Mioto (2010) considera que a família é um “espaço a ser cuidado”, sendo fundamental reconhecer a natureza e qualidade das relações na sua dinâmica interna e as determinações externas. Nessa perspectiva, o objetivo do trabalho social com a família e o seu apoio e fortalecimento, sendo necessário proposições e articulações em relação à política social, agindo em conjunto com as próprias famílias e realizando avaliações dos resultados, impactos e modificações ocorridas em seu cotidiano.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e também pesquisa de campo de caráter e qualitativo. Utilizou-se como instrumento, a aplicação de questionários com respostas objetivas realizada com a Equipe Pedagógica entre outros envolvidos da Escola Municipal. As questões as quais nortearam a pesquisa com a equipe foram elaboradas de acordo com os diálogos constantes mantidos com os membros integrantes da equipe. Após elaborados os questionários foram entregues para os membros que compõe a equipe da referida escola.

Responderam integralmente ao questionário um total de oito envolvidos, sendo estes todas as pessoas as quais compõe o quadro pedagógico da Escola, (por ser município de pequeno porte as equipes também não são tão numerosas), entre eles: pedagogos, coordenadores, psicóloga, diretora e professores representantes do Conselho Escolar. Depois de respondidos os questionários juntou-se para análise dos resultados. Para fundamentação teórica buscou-se embasamento em materiais web (artigos, teses, revistas, livros e materiais orientadores da Política de Assistência Social).

A presente pesquisa se efetivou na busca em compreender os aspectos qualitativos relacionados à realidade social e os impactos verificados na área educacional da rede municipal de ensino, tendo como referência os projetos socioeducativos do SCFV. Serviço este normatizado, em 2009, através da

Tipificação de Serviços Socioassistenciais e se refere às atividades individuais e coletivas desenvolvidas com o público de crianças e adolescentes atendidos no Centro da Criança e do Adolescente.

Sendo assim a realização dessa pesquisa torna-se importante tanto para compreender e refletir sobre os impactos ocorridos no processo de formação integral e para o exercício da cidadania dos indivíduos envolvidos.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Apresenta-se a seguir os resultados obtidos na fase de coleta de dados da pesquisa realizada com os membros da Equipe Pedagógica da Escola Municipal para análise dos impactos e avanços no processo ensino aprendizagem dos alunos que frequentam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Foi possível identificar através do contato com os entrevistados, de maneira unânime, que a participação de seus alunos nos projetos oferecidos em contra turno pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos vem apresentando resultados bastante positivos dentro do contexto escolar. Evidenciou-se nas palavras de uma das entrevistadas que “O Serviço de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos contribui em todos os fatores de forma integral no desenvolvimento do ser humano, possível de perceber durante a participação mais ativa na realização das atividades em sala de aula.” (ENTREVISTADA A, 2016).

As questões as quais nortearam a pesquisa com a equipe foram elaboradas tomando como eixos norteadores, os diálogos mantidos com membros da equipe. Sendo que juntamente com os membros, foram definidos quais aspectos são fundamentais na apropriação e construção de novos saberes sendo possíveis de serem trabalhados em outros espaços cuja preocupação esteja voltada ou direcionada a formação integral dos indivíduos.

Responderam integralmente os questionários um total de oito envolvidos, os quais compõem o quadro pedagógico da Escola entre eles: pedagogos, coordenadores, psicóloga, diretora e professores representantes do Conselho Escolar. Alguns aspectos relevantes na prática educativa foram elencados para que

os membros da equipe pedagógica pudessem identificar a visibilidade dos resultados durante o processo de ensino aprendizagem das crianças e adolescentes atendidos nos projetos foco do estudo, considerando a ordem de prioridade.

EIXOS		ORDEM DAS PRIORIDADES					
IMPACTOS E AVANÇOS IDENTIFICADOS		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Socialização e integração com os demais membros do grupo.		4	0	0	1	3	0
Expressão da oralidade com vistas a melhorar a capacidade de argumentação comunicação.		0	0	1	2	0	5
Otimização do tempo ocioso retirando-os de situações do dia a dia que lhes oferece risco a sua integridade.		0	2	1	3	2	0
Desenvolvimento de habilidades globais contemplando desenvolvimento motor, afetivo, social e cognitivo, para que possa se apropriarem com maior facilidade do conceito da escrita e raciocínio lógico.		3	2	2	0	1	0
Ampliação de oportunidades do contato com novos saberes culturais, históricos e científicos.		1	2	0	2	1	2
Promoção de trocas culturais e de vivências desenvolvendo sentimento de autoestima e de identidade.		0	2	4	0	1	1

Os dados revelaram de forma bem acentuada que um dos impactos a serem considerados como de primeira prioridade está relacionado à promoção da socialização e integração com os demais membros do grupo. Isso se efetiva em função da importância que se dá este fator, no processo de busca pela cidadania, bem como a sua fundamental relevância dentro do processo de ensino aprendizagem. Conforme nos afirma Nunes (2016): “a socialização é um processo que permite cada pessoa desenvolver sua personalidade e a sua integração na sociedade.”

É possível identificar na citação abaixo a importância das interações sociais no processo ensino aprendizagem, Vygotsky (1989, p.88) afirma que: “O auxílio prestado à criança em suas atividades de aprendizagem é válido, pois, aquilo que a criança faz hoje com o auxílio de um adulto ou de outra criança maior, amanhã estará realizando sozinha. Desta forma, o autor enfatiza o valor da interação e das relações sociais no processo de aprendizagem.”

Outro item de grande relevância, sendo que 37,5% dos entrevistados elencaram como prioridade número um, a importância das ações no favorecimento e

desenvolvimento de habilidades globais contemplando desenvolvimento motor, afetivo, social e cognitivo, para que possa se apropriarem com maior facilidade do conceito da escrita e raciocínio lógico.

Palafox (2009) afirma que:

O desenvolvimento global da criança depende do comportamento perceptivo motor, o qual exige como condição variadas oportunidades de aplicação: a exploração lúdica, o controle motor, a percepção figura-fundo, integração intersensorial (sentidos), noção de corpo, espaço e tempo, etc.

Esses fatores garantem um pleno desenvolvimento perceptivo motor por parte da criança, oferecerá condições para favorecer o amadurecimento de suas estruturas cognitivas. É através do comportamento perceptivo-motor que a criança aprende o mundo do qual faz parte.

Como terceira prioridade elencada pelos envolvidos na entrevista foi identificada como também de grande importância a promoção de trocas culturais e de vivências desenvolvendo sentimento de autoestima e de identidade.

As crianças são mobilizadas e preparadas para expressarem a arte através de oportunidades únicas, participando de promoções e apresentações em que ao grande público possam demonstrarem a capacidade que lhes fora instigadas promovendo nas mesmas o conhecimento sobre a arte que estão representando e despertando empoderamento e interação com a comunidade que lhes acolhem.

Revela em sua descrição uma das entrevistadas: “acredito que quanto maior for o contato com oportunidades de conhecimento, cultura e as mais diferentes expressões maiores serão as possibilidades de desenvolvimento e crescimento das crianças. As vivências se tornam especiais a medida em que forem significativas, onde cada criança é coautor de sua própria história”. (ENTREVISTADA B, 2016).

Ainda segundo Machado e Siqueira:

A educação é área fundamental para o processo de socialização dos indivíduos na sociedade, seja por meio da escola, instituição formal responsável pela formação dos indivíduos ou por meio da educação não formal, cujo espaço de atuação torna-se cada vez mais abrangente na atualidade. Ampliam-se os espaços educacionais para além dos muros escolares, englobando múltiplos aspectos de interação social e a educação como responsável não apenas pela aquisição de conhecimentos e capacitação para o mercado de

trabalho, mas como fator de desenvolvimento social e de construção da cidadania. (2005, p.21)

Os projetos desenvolvidos pelo SCFV em sua dinâmica apresentam essas características a preocupação voltada para a cidadania oferecendo oportunidades únicas de acesso as tecnologias, as expressões do corpo e da mente ao contato com a cultura e ao conhecimento muitas vezes creditado apenas a escola. Para Delors et al. (2006, p. 100):

Oferecer as crianças e os jovens todas as ocasiões possíveis de descobertas e de experimentação – estética, artística, desportiva, científica, cultural e social – que venham completar a apresentação atraente daquilo que, nestes domínios, foram capazes de criar as gerações que os precederam ou suas contemporâneas. A preocupação em desenvolver a imaginação e a criatividade deveria também revalorizar a cultura oral e os conhecimentos retirados da experiência da criança ou do adulto.

Ao longo da história percebemos que a dança foi associada também ao universo pedagógico, segundo FERRARI (2003) na educação, ela esta voltada para o desenvolvimento global da criança e do adolescente, favorecendo todo tipo de aprendizado que eles necessitam.

Há que se considerar que essas crianças em sua grande maioria encontram-se em condições desfavoráveis de acesso a cultura e a conhecimentos cientificamente elaborados, pois a falta de recursos financeiros as impedem o contato ou ao acesso aos informações através das vias de comunicação (TV, internet, entre outros) bem como a livros, teatro, dança e ao que há de mais elaborado.

Conforme Farfus (2008 a, p.32):

O que observamos é o desenvolvimento social caminhar no sentido de relações mais democráticas, o que implica um conjunto de regras e de responsabilidades para todos. Isso significa que as práticas pedagógicas devem valorizar tanto atitudes individuais quanto atitudes coletivas, onde os processos de interação e de cooperação da comunidade escolar são fundamentais para o desenvolvimento de conceitos como: autonomia, cidadania, solidariedade, competências, entre outros.

Como podemos observar nas considerações pertinentes registradas pelos entrevistados, todas trazendo aspectos positivos em relação ao Serviço. Em um dos

registros verificamos: “Na relação com as crianças e adolescentes da Escola Municipal, percebo que as oficinas oferecidas pelo SCFV contribuem positivamente para o processo educativo, na medida e que possibilitam o desenvolvimento de habilidades (competência e conhecimentos essenciais para a aprendizagem, que está atrelada a experiências/vivências individuais e coletivas). Observa-se entre os alunos inseridos no Programa o fortalecimento da autoestima, melhora na atenção/concentração, envolvimento e responsabilização, dentre outros aspectos sócio emocionais. Ressalto também a importância de se manter o diálogo/troca entre a equipe da escola e os profissionais do Centro da Criança e do Adolescente, que favorece um olhar amplo e compreensivo sobre as demandas”. (ENTREVISTADA C, 2016).

Podemos verificar no decorrer as considerações pertinentes dos demais entrevistados, os quais compõe o quadro pedagógico da Escola, pertinentes ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: “Acho muito importante os trabalhos que vem sendo desenvolvidos na área de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos onde muitos de nossos alunos estão sendo atendidos em diversas oficinas de trabalhos diferenciados oportunizando-os a desenvolverem suas habilidades e competências e até mesmo tirando-os de situações de riscos ou perigos, pois muitos pais às vezes nem sabem onde seus filhos estão. Esse trabalho deve ser continuado e oferecido a maior número de alunos se possível”. (ENTREVISTADA D, 2016).

Vemos na fala de outra entrevista “O trabalho desenvolvido no Centro de Convivência está sendo um trabalho no nível de primeiro mundo, onde nossas crianças estão tendo oportunidades únicas que jamais teriam condições de participar de cursos ou oficinas como, danças diversas, informática, violão, teclado, entre outros. Sem contar que elas não ficam em situação de risco nas ruas e estão aprendendo muitas coisas boas para sua vida tanto profissional como a ser uma pessoa melhor”. (ENTREVISTADA E, 2016).

Outra consideração diz, “vivemos em tempos complexos, onde nossos alunos, crianças e adolescentes estão propícios a grandes influências negativas da mídia, da tecnologia, informática, dos relacionamentos pessoais, entre outros. Neste sentido o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos procura estar atento e criar situações onde às crianças e adolescentes sejam protagonistas de sua

própria trajetória, mostrando-lhes alternativas seguras de atividades que proporcionem este protagonismo e que estes sejam agentes de suas próprias vidas, estando menos propensos as influências negativas”. (ENTREVISTADA F, 2016).

Observa-se que as contribuições foram positivas em relação ao SCFV em vários aspectos, como podemos observar em outra entrevista: “Na realidade de nosso município as atividades ofertadas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos apresentam um diferencial na vida e na rotina das crianças e adolescentes atendidos, principalmente ao considerar a falta de oportunidades ou acompanhamento familiar que acabam favorecendo situações de vulnerabilidades. Esta oferta peculiar acaba potencializando para os alunos do ensino básico que já são acompanhados na escola, devido a troca e compartilhamento de informações e quando necessário olhar particularizado”. (ENTREVISTADA G, 2016).

E para finalizar as entrevistas, vemos outra consideração: “Acredita-se ser válido ressaltar que na medida em que se ampliam as experiências e o contato com os elementos da cultura, tecnologia e o conhecimento, maiores serão as possibilidades, de crescimento e progresso dos indivíduos (crianças e adolescentes) que se encontra em desenvolvimento. Dando-lhes maiores condições de se apropriarem de novos conceitos trabalhados no universo educativo”. (ENTREVISTADA H, 2016).

Em face de tudo o que foi tratado na abordagem teórica e também na apresentação da pesquisa realizada na Escola Municipal sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conclui-se que a pergunta inicial foi respondida, deste modo encaminha-se o direcionamento para as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou como tema central as possíveis transformações corridas nos alunos inseridos nas atividades do SCFV no município de Boa

Esperança do Iguaçu. Ao finalizar esse estudo conclui-se e considera-se de grande relevância, as ações socioeducativas desenvolvidas com as crianças e adolescentes que participam no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS, haja vista, que contribuem para a melhoria no processo de ensino aprendizagem na modalidade regular, bem como, estimulando o protagonismo social, promovendo capacidades e autonomia, proporcionando a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes.

O CRAS é integrante da rede socioassistencial e deve atuar na proteção social básica. É a porta de entrada para o Sistema Único de Assistência Social, pois garante os direitos fundamentais de quem deles necessita. Tem como principal objetivo prevenir situações de risco por meio de estímulo de potencialidades e aquisições, através do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários desenvolvidos a partir de projetos, programas e serviços contínuos e programados.

Acredita-se que este artigo possa contribuir para que a equipe técnica a que compõe o CRAS possa repensar as ações socioeducativas desenvolvidas a fim de disponibilizar outras estratégias metodológicas e incluir outras atividades que venham ao encontro das expectativas dos adolescentes a gestão bem como os envolvidos em aprimorar cada vez mais o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no entendimento da importância deste serviço para a vida dos adolescentes e de suas famílias referenciadas, pois é um canal que deve propiciar o desenvolvimento das potencialidades e o fortalecimento da capacidade protetora da família a fim de evitar a violação de direitos.

Embora exista trabalho de rede é necessário avançar no sentido de refletir e debater juntamente com setor educacional sobre novas ações a serem implantadas ou implementadas em parceria com o mesmo, otimizando e potencializando-as com vistas no desenvolvimento integral e as demandas que surgem no contexto social. Proporcionando desta forma mecanismo de apoio na formação familiar através da apropriação de conhecimentos tornando-os mais humanos e desta forma fortalecer os vínculos que os unem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **GESTÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUAS: Uma contribuição Necessária**. Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Brasília, 2009.

BRASIL, Lei nº 8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

COUTINHO, Daniela Schneidewind Ribeiro. **O Programa Bolsa Família: evolução e efeitos na redução da pobreza**/1 ed. Curitiba: Appris, 2016.

FARFUS, Danieli. **Espaços Educativos: um olhar pedagógico**. Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Formação de Professores).

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

GUIMARÃES – Iosif, Ranilce. **Educação, Pobreza e Desigualdade no Brasil: impedimentos para a cidadania global emancipada**. Apresentação de Cristovam Buarque e prefácio de Pedro Demo. Brasília: Líber Livro, 2009.

LEGISLAÇÃO SOCIAL: Cidadania, políticas públicas e exercício profissional/comissão organizadora: Dione do Rocio Poncheck, Ilda Lopes Witink, compilação, revisão e atualização: Marta Suzy Wagner – Curitiba: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região, 2006.

Orientações Curriculares para o curso de formação de docentes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, em nível médio, na modalidade normal / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Profissional. – Curitiba : SEED – Pr., 2014. ISBN:978-85-8015-071-1

PARANÁ.SEDS. **Programa Família Paranaense**. Guia de Acompanhamento Familiar: versão preliminar em revisão. Curitiba, 2016.

REGO, Walquiria Leão. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania** 2. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014.

PIANCASTELLI, C. H. et al. **O trabalho em equipe**. Texto de apoio. Universidade Federal de Minas Gerais. www.ops.org.br/rh/publicacoes/textos_apoio/Texto_1.pdf. Acesso em 14 de novembro de 2016.

PALAFIX, G.H.M. **Aprendizagem e desenvolvimento motor: conceitos básicos**. Nepecc/ UFU. Uberlândia, MG.2009.

RIBEIRO, Nuno. **Importância da Socialização na Vida Humana**. Disponível em <http://12bnolimit.blogspot.com.br/2012/12/importancia-da-socializacao-na-vida.html>. Acesso em 19 de out. 2016.

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – **Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989
Disponível em: www.profala.com/arteducesp72.htm. Acesso em 23/04/2016.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

Questionário realizado com a Equipe Pedagógica da Escola Municipal referente os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Nome: _____

Profissão: _____

Função Desempenhada: _____

Questões:

1- A Escola possui/recebeu listagem contendo a relação dos alunos inseridos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

() Sim () Não

2- Em caso negativo. É conhecedora de quais alunos são inseridos?

() Sim () Não

3- É realizado acompanhamento ou avaliação, com relação à aprendizagem destes, no Ensino Regular?

() Sim () Não

4- Enumere considerando a ordem de relevância identificadas no Ensino Regular quanto aos possíveis impactos ou avanços significativos ocorridos no processo educativo (processo ensino-aprendizagem) dos alunos que frequentam as atividades/oficinas referentes aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

() Socialização e integração com os demais membros do grupo.

() Expressão da oralidade com vistas a melhorar a capacidade de argumentação comunicação.

() Otimização do tempo ocioso retirando-os de situações do dia a dia que lhes oferece risco a sua integridade.

() Desenvolvimento de habilidades globais contemplando desenvolvimento motor, afetivo, social e cognitivo, para que possa se apropriarem com maior facilidade o conceito da escrita e raciocínio lógico.

() Ampliação de oportunidades do contato com novos saberes culturais, históricos e científicos.

() Promoção de trocas culturais e de vivências desenvolvendo sentimento de auto estima e de identidade.

Se houver alguma consideração pertinente, utilize o espaço abaixo para este registro:
